

Ilmo. Sr. Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz

DD Diretor da FM USP

Ilmos. Srs. Profs. Membros da Congregação da FM USP

Prezados pais, caros colegas:

Mais uma vez reúne-se a Congregação da FM USP para a solenidade de diplomação de uma nova turma de médicos, cumprindo-se assim a grande responsabilidade da faculdade de Medicina, com a graduação de 180 novos médicos.

Para nós, formandos, para nossos pais e nossos mestres, é sem dúvida motivo de júbilo, e é dentro deste espírito que queremos lhes falar, fazendo algumas considerações que julgamos oportunas para uma melhor avaliação do significado do curso que realizamos e que hoje encerramos, e das tarefas e responsabilidades que a partir de hoje passamos a encarar.

A primeira consideração refere-se ao estado de saúde de nossa população, tema que constitui o cerne de nossas preocupações profissionais. O grande crescimento da economia brasileira nas últimas décadas não se fez acompanhar de melhoria nos padrões de vida de grande parte da população, que cada vez mais se vê à margem dos benefícios desse crescimento, com moradias inadequadas, desnutrição, falta de saneamento e deficiências educacionais, todos esses problemas levando a um baixo padrão de saúde. Nas cidades, notadamente na periferia das grandes cidades, encontramos ao lado de uma alta mortalidade infantil, uma elevada incidência de determinadas moléstias infecciosas há muito superadas por países desenvolvidos. Entre o contingente rural brasileiro de cerca de 40 milhões de indivíduos, a situação não é mais alentadora: subsiste ainda em amplas regiões de nossos campos o antigo problema das endemias infecto-parasitárias, como o amarelão, a doença de Chagas, a malária e a esquistossomose.

Sobre este cenário de saúde e doença do Brasil é que vai se acentar a prática de medicina e saúde pública, e este é outro ponto que colocamos em consideração. O exercício da Medicina em nosso país vem passando por transformações profundas. A necessidade de estender a atenção médica aos trabalhadores, aliada aos altos custos da crescente sofisticação da medicina, fizeram com que a Previdência Social, hoje a maior empregadora, direta ou indiretamente de médicos no Brasil, represente uma tendência irreversível, deixando cada vez mais para trás os padrões tradicionais de exercício da Medicina Liberal, hoje restrita a uma parcela desprezível da população. A formulação desta Medicina Previdenciária, no entanto, esbarra em problemas sérios, para cuja solução compete-nos contribuir. Encontramos hoje, com o avanço da mentalidade empresariais na área de saúde, uma transferência progressiva da responsabilidade sobre os serviços de saúde, do Estado para a iniciativa privada, originando a inevitável carga de distorções que já é de domínio público. É tarefa a que não podemos nos furtar a permanente análise crítica das estruturas de atenção médica, no sentido de seu constante aprimoramento e de sua realização plena ao nível da melhoria da saúde do indivíduo e da comunidade.

Muitos desses problemas, como sabemos, fogem da alçada do médico, do ponto de vista puramente técnico, mas de maneira alguma podem escapar às suas preocupações, uma vez que dizem respeito diretamente à dinâmica saúde-doença da sociedade, e neste sentido, mais um ponto deve ser questionado: a adequação sob o aspecto crítico de nosso currículo e de nossa formação à realidade médico-social que estamos prestes a enfrentar. A Universidade, como núcleo intelectual da sociedade, tem como obrigação manter uma autonomia de pensamento que lhe permita interpretar e expressar os anseios desta sociedade. É função da Universidade fornecer ao estudante, além do conhecimento técnico e científico as condições e instrumentos para que ele possa formular corretamente a realidade em que vive, com os dilemas e crises a ela inerentes, e encontrar as propostas exatas para a solução daqueles dilemas e crises. Neste ponto, o curso que nos foi oferecido esteve abaixo da nossa expectativa, centrando seus esforços na transmissão do conhecimento médico formal, negando aos